



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA: DESAFIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO ESCOLAR

INCLUSIVE EDUCATION AND DISABILITY: CHALLENGES FOR PEDAGOGICAL PRACTICE IN THE SCHOOL CONTEXT

DOI: 10.5281/zenodo.22219384



*Fabio José Antonio da Silva*¹

*Márcio Riscik*²

*Orivaldo da Silva Lacerda Júnior*³

*Naida Regina Novelli Evaristo*⁴

*Jelson Budal Schmidt*⁵

*Enéas Fábio Farias Neves*⁶

*Verônica Odete Lucena*⁷

RESUMO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a construção de sistemas educacionais comprometidos com a garantia do direito à aprendizagem e com o reconhecimento da diversidade humana. No contexto escolar, a inclusão de estudantes com deficiência envolve desafios que ultrapassam o acesso e a matrícula, abrangendo condições de permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento. Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios relacionados à inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar, com ênfase nas práticas pedagógicas e nas condições necessárias para favorecer sua participação e aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, desenvolvida a partir da análise de produções acadêmicas e documentos normativos relacionados à educação inclusiva, deficiência, acessibilidade e práticas pedagógicas. A discussão evidencia que a efetivação da inclusão depende de mudanças na organização escolar, na formação dos professores, nas metodologias de

1 Faculdade Honpar, Brasil.

2 Universidade do estado do Pará, UFPA, Brasil.

3 Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil.

4 UNICEP, Brasil.

5 Ielusc / Associação Catarinense de Ensino – ACE, Joinville – SC, Brasil.

6 Instituto Federal da Paraíba, IFPB, Brasil.

7 Uninassau, Brasil.





ensino, nos processos avaliativos e na oferta de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas. Os resultados apontam ainda que as barreiras atitudinais, pedagógicas, comunicacionais e estruturais permanecem como importantes obstáculos à inclusão. Conclui-se que a construção de uma educação inclusiva exige atuação articulada entre professores, gestores, famílias, profissionais especializados e políticas públicas, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas flexíveis, acessíveis e comprometidas com as potencialidades de cada estudante.

Palavras-chave: Educação inclusiva; deficiência; prática pedagógica; acessibilidade; aprendizagem.

ABSTRACT

Inclusive education constitutes a fundamental principle for the construction of educational systems committed to guaranteeing the right to learning and recognizing human diversity. In the school context, the inclusion of students with disabilities involves challenges that go beyond access and enrollment, encompassing conditions of permanence, participation, learning, and development. This article aims to analyze the main challenges related to the inclusion of students with disabilities in the school context, emphasizing pedagogical practices and the conditions required to promote their participation and learning. This is a bibliographic study with a qualitative and exploratory approach, based on the analysis of academic publications and normative documents related to inclusive education, disability, accessibility, and pedagogical practices. The discussion shows that effective inclusion depends on changes in school organization, teacher education, teaching methodologies, assessment processes, and the provision of accessibility resources and assistive technologies. The results also indicate that attitudinal, pedagogical, communicational, and structural barriers remain important obstacles to inclusion. It is concluded that building inclusive education requires coordinated action among teachers, school administrators, families, specialized professionals, and public policies, as well as the development of flexible and accessible pedagogical practices committed to the potential of each student.

Keywords: Inclusive education; disability; pedagogical practice; accessibility; learning.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui uma das principais discussões presentes no campo educacional contemporâneo, especialmente diante da necessidade de assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais, condições sociais ou necessidades específicas de aprendizagem. No caso dos estudantes com deficiência, essa discussão assume particular importância, uma vez que sua presença nas instituições de ensino regular demanda não apenas a garantia de matrícula, mas também a construção de condições efetivas para participação, permanência, aprendizagem e desenvolvimento.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 9 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





Historicamente, pessoas com deficiência foram submetidas a diferentes formas de exclusão e segregação educacional. Durante determinados períodos, prevaleceu a compreensão de que esses estudantes deveriam ser atendidos em instituições especializadas e separados do sistema regular de ensino. Posteriormente, perspectivas fundamentadas na integração passaram a defender sua inserção nos espaços escolares comuns, embora muitas vezes permanecesse a expectativa de que o próprio estudante se adaptasse às estruturas e práticas existentes. A perspectiva inclusiva representa uma mudança nesse entendimento ao reconhecer que cabe também à escola transformar suas estruturas, práticas e relações para acolher a diversidade presente em seu cotidiano.

No Brasil, o direito à educação das pessoas com deficiência encontra respaldo em importantes instrumentos legais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, estabelece a educação como direito da pessoa com deficiência e assegura a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. A legislação determina ainda a garantia de condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, mediante a oferta de recursos de acessibilidade e a eliminação de barreiras que possam dificultar o processo educacional (Lei Brasileira de Inclusão — Lei nº 13.146/2015).

Apesar dos avanços legais, a efetivação da educação inclusiva permanece marcada por desafios. A presença de estudantes com deficiência nas escolas regulares não significa, necessariamente, que estejam sendo oferecidas condições adequadas para sua aprendizagem. Em diferentes contextos, persistem dificuldades relacionadas à acessibilidade física e comunicacional, à disponibilidade de recursos pedagógicos, à formação dos profissionais, à organização curricular e à utilização de metodologias capazes de contemplar diferentes formas de aprendizagem.

Nesse cenário, a prática pedagógica assume papel central. O professor precisa lidar com salas de aula constituídas por sujeitos diversos, com diferentes ritmos, experiências, conhecimentos, formas de comunicação e necessidades educacionais. Essa realidade exige que o planejamento pedagógico seja suficientemente flexível para possibilitar diferentes caminhos de acesso ao conhecimento. A adoção de estratégias diversificadas pode contribuir





para que o estudante com deficiência não seja apenas inserido no ambiente escolar, mas efetivamente participe das atividades desenvolvidas.

A inclusão também exige uma mudança na compreensão sobre deficiência. Em uma perspectiva centrada exclusivamente na limitação individual, as dificuldades apresentadas pelo estudante podem ser interpretadas como consequência direta de sua deficiência. Entretanto, uma perspectiva inclusiva permite compreender que muitas dificuldades são produzidas ou ampliadas pelas barreiras existentes no próprio ambiente escolar. Uma atividade sem recursos acessíveis, uma avaliação excessivamente rígida, a ausência de recursos de comunicação ou uma metodologia pouco diversificada podem constituir obstáculos à aprendizagem.

A acessibilidade, portanto, deve ser compreendida de maneira ampla. Não se limita à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas envolve também aspectos comunicacionais, pedagógicos, tecnológicos e atitudinais. Para que o estudante participe plenamente do processo educativo, é necessário que tenha acesso aos espaços, aos materiais, às informações, às atividades e às diferentes formas de interação existentes no ambiente escolar.

Outro elemento importante é a formação dos profissionais da educação. A construção de práticas inclusivas demanda conhecimentos que permitam aos professores reconhecer diferentes necessidades educacionais e desenvolver estratégias pedagógicas adequadas. A formação inicial e continuada pode contribuir para ampliar a segurança profissional e favorecer a construção de práticas mais flexíveis e diversificadas. Entretanto, a responsabilidade pela inclusão não deve ser atribuída exclusivamente ao professor, pois as condições institucionais e as políticas educacionais exercem influência direta sobre sua atuação.

A escola também precisa desenvolver mecanismos de colaboração entre professores, gestores, profissionais especializados, famílias e comunidade. O trabalho coletivo possibilita compartilhar informações, elaborar estratégias e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes de forma mais abrangente. Nesse sentido, a inclusão constitui uma responsabilidade institucional e não apenas individual.



A problemática deste estudo parte da seguinte questão: quais são os principais desafios enfrentados pela escola e pelos profissionais da educação para efetivar práticas pedagógicas inclusivas destinadas aos estudantes com deficiência?

Diante dessa questão, o objetivo geral consiste em analisar os desafios da educação inclusiva relacionados à escolarização de estudantes com deficiência, considerando especialmente os aspectos pedagógicos, estruturais e atitudinais presentes no contexto escolar. Como objetivos específicos, busca-se discutir os fundamentos da educação inclusiva, identificar as principais barreiras que interferem na participação e na aprendizagem dos estudantes e refletir sobre possibilidades de fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas.

Quanto a metodologia o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, realizada a partir do levantamento e da análise de produções acadêmicas e documentos normativos relacionados à educação inclusiva, deficiência, acessibilidade, formação docente e práticas pedagógicas. O material selecionado foi submetido à leitura analítica e interpretativa, buscando identificar os principais desafios e possibilidades relacionados à inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar. A análise foi organizada a partir da identificação de aspectos recorrentes na literatura, especialmente aqueles relacionados às barreiras educacionais, à formação dos professores, à acessibilidade, aos recursos pedagógicos, às metodologias de ensino e às condições necessárias para assegurar participação e aprendizagem.

A relevância da discussão está relacionada à necessidade de compreender que a educação inclusiva não se concretiza apenas mediante determinações legais. Embora os marcos normativos representem conquistas fundamentais, sua efetivação depende de transformações concretas na organização das instituições, nas relações estabelecidas e nas práticas desenvolvidas diariamente em sala de aula. Assim, discutir os desafios da prática pedagógica contribui para ampliar a compreensão sobre as condições necessárias à construção de uma escola que reconheça a diversidade e assegure o direito de todos à aprendizagem.





2. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva resulta de um processo histórico de transformação na maneira de compreender a deficiência, a escolarização e a diversidade humana. Durante longo período, pessoas com deficiência foram afastadas dos espaços educacionais comuns ou direcionadas para instituições especializadas, sob a compreensão de que suas características justificariam formas diferenciadas e segregadas de atendimento. Posteriormente, a perspectiva da integração ampliou o acesso dessas pessoas às instituições regulares, embora ainda permanecesse, em muitos casos, a expectativa de adaptação do estudante às estruturas existentes. A concepção inclusiva representa uma mudança mais profunda ao defender que a escola deve reorganizar suas práticas, espaços, recursos e relações para responder à diversidade dos estudantes.

No Brasil, o direito à educação das pessoas com deficiência encontra fundamento na Constituição Federal, que assegura a educação como direito de todos e prevê o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. O Estatuto da Criança e do Adolescente também estabelece o direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular, reforçando a responsabilidade do poder público em assegurar o acesso à educação.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, representa outro importante marco nesse processo. A legislação estabelece a educação como direito da pessoa com deficiência e determina a garantia de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. A perspectiva adotada pela norma ultrapassa a simples garantia de matrícula, envolvendo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, além da eliminação de barreiras e da oferta de recursos de acessibilidade.

Nesse sentido, Mantoan (2003) compreende a inclusão como um processo de transformação da escola, que exige o questionamento de práticas fundamentadas na homogeneização dos estudantes. Para a autora, reconhecer a diversidade implica modificar as estruturas escolares e construir possibilidades para que todos os alunos participem do





processo educativo. A inclusão, portanto, não deve ser entendida como concessão ou favor destinado a determinados estudantes, mas como princípio que orienta a organização da própria escola.

A perspectiva de Sasaki (2009) também contribui para essa compreensão ao destacar que a inclusão pressupõe mudanças nos ambientes e nas relações sociais. No campo educacional, isso significa reconhecer que as dificuldades vivenciadas por estudantes com deficiência não decorrem exclusivamente de suas características individuais, mas também das barreiras existentes no ambiente. Uma escola que não dispõe de materiais acessíveis, recursos de comunicação, metodologias diversificadas ou condições adequadas de participação pode produzir obstáculos que intensificam as dificuldades de aprendizagem.

A concepção social da deficiência permite, portanto, deslocar o olhar da limitação individual para a relação entre o sujeito e o ambiente. Essa mudança possui importantes implicações pedagógicas. Em vez de concentrar a atenção exclusivamente naquilo que o estudante não consegue realizar, a escola passa a investigar quais barreiras estão dificultando sua participação e quais recursos podem ser utilizados para ampliar suas possibilidades de aprendizagem. Dessa forma, a deficiência deixa de ser tratada como justificativa para a redução das expectativas educacionais.

Booth e Ainscow (2011) defendem que a construção de sistemas educacionais inclusivos envolve a articulação entre culturas, políticas e práticas. Essa compreensão demonstra que a inclusão não pode depender exclusivamente da iniciativa individual do professor. É necessário construir uma cultura institucional que valorize a diversidade, estabelecer políticas escolares coerentes com os princípios inclusivos e desenvolver práticas pedagógicas capazes de garantir a participação dos diferentes sujeitos.

A prática pedagógica ocupa, nesse processo, posição estratégica. O professor precisa considerar que os estudantes apresentam diferentes ritmos, experiências, formas de comunicação e maneiras de construir conhecimentos. Uma metodologia única e rígida pode favorecer determinados alunos, mas criar obstáculos para outros. Por essa razão, a





diversificação das estratégias pedagógicas constitui importante recurso para promover a inclusão.

Vygotsky (1997) contribui para essa discussão ao compreender o desenvolvimento humano a partir das relações sociais e dos processos de mediação. Sob essa perspectiva, as condições oferecidas pelo ambiente e as interações estabelecidas durante o processo educativo possuem papel significativo no desenvolvimento das potencialidades do indivíduo. No contexto da educação inclusiva, isso significa reconhecer que estudantes com deficiência podem desenvolver diferentes habilidades quando encontram condições adequadas de interação, mediação e acesso aos instrumentos culturais.

A contribuição de Freire (1996) também é relevante para a construção de práticas inclusivas. O autor defende uma educação baseada no diálogo, no respeito aos sujeitos e no reconhecimento de seus saberes. Aplicada à educação inclusiva, essa concepção permite compreender o estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem, evitando práticas que o reduzam à sua deficiência ou às limitações atribuídas a ela. Uma prática pedagógica dialógica pressupõe escuta, respeito às diferenças e construção de oportunidades para que os estudantes participem efetivamente da vida escolar.

A formação dos professores constitui outro elemento fundamental. A presença de estudantes com deficiência nas classes regulares exige conhecimentos relacionados às diferentes estratégias de ensino, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, comunicação e avaliação. Entretanto, a formação docente não pode ser entendida como única solução para os desafios da inclusão. É necessário que esteja acompanhada de condições adequadas de trabalho, apoio institucional, recursos pedagógicos e políticas educacionais consistentes.

A acessibilidade também representa dimensão essencial. Ela não se limita à eliminação de obstáculos arquitetônicos, envolvendo igualmente barreiras comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais. Assim, garantir acessibilidade significa assegurar que o estudante consiga utilizar os espaços, compreender as informações, participar das atividades e demonstrar seus conhecimentos por diferentes meios.





As tecnologias assistivas podem ampliar as possibilidades de participação e autonomia dos estudantes. Recursos digitais, materiais adaptados, sistemas de comunicação alternativa, leitores de tela e outros instrumentos podem favorecer o acesso ao currículo. Entretanto, a utilização desses recursos precisa estar articulada ao planejamento pedagógico e às necessidades específicas de cada estudante. A simples presença de tecnologia não garante inclusão; sua contribuição depende da maneira como é incorporada às práticas educacionais.

O Atendimento Educacional Especializado também ocupa papel relevante. Sua finalidade deve estar articulada ao processo de escolarização, contribuindo para identificar barreiras, desenvolver recursos e ampliar as condições de participação dos estudantes. O atendimento especializado não deve substituir a escolarização na classe comum, mas atuar de forma complementar ou suplementar, estabelecendo diálogo com os demais profissionais envolvidos.

A avaliação da aprendizagem constitui igualmente um campo que necessita de revisão. Modelos padronizados podem não contemplar adequadamente diferentes formas de comunicação, expressão e participação. Uma perspectiva inclusiva pressupõe processos avaliativos diversificados, capazes de acompanhar o desenvolvimento do estudante e considerar seu percurso de aprendizagem. Isso não significa diminuir os objetivos educacionais, mas ampliar as possibilidades de demonstrar conhecimentos.

A inclusão também está relacionada à construção de relações escolares livres de preconceito e discriminação. Atitudes capacitistas podem produzir barreiras tão significativas quanto aquelas relacionadas à infraestrutura. Expectativas reduzidas, superproteção e infantilização podem limitar a autonomia do estudante e impedir que suas potencialidades sejam reconhecidas. Por essa razão, a transformação da cultura escolar constitui elemento indispensável para a efetivação da inclusão.

A legislação brasileira mais recente reforça essa perspectiva. O Decreto nº 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e estabeleceu princípios relacionados à igualdade de oportunidades, equidade, acessibilidade, participação, permanência e aprendizagem, reforçando a necessidade de apoio aos estudantes nas classes e





escolas comuns. A norma também contempla a formação continuada dos profissionais e a articulação entre diferentes atores e serviços.

Dessa forma, o referencial teórico demonstra que a educação inclusiva não constitui apenas uma questão metodológica. Trata-se de uma concepção de educação que envolve direitos, políticas públicas, cultura institucional, formação profissional, acessibilidade e práticas pedagógicas. A escola inclusiva precisa estar preparada para reconhecer as diferenças e oferecer condições para que elas não se transformem em obstáculos à aprendizagem.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura realizada neste estudo evidencia que um dos principais resultados relacionados à educação inclusiva é a existência de uma distância entre o reconhecimento formal do direito à inclusão e sua concretização nas práticas cotidianas das escolas. Embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure o atendimento educacional especializado e a inclusão dos estudantes com deficiência, a efetivação desses direitos depende de condições materiais, pedagógicas e humanas que nem sempre estão disponíveis de maneira suficiente.

Um dos principais desafios identificados refere-se à formação dos professores. A inclusão amplia a complexidade do trabalho docente ao exigir que o profissional planeje atividades capazes de atender estudantes com diferentes necessidades e formas de aprendizagem. A ausência de formação adequada pode gerar insegurança e dificultar a elaboração de estratégias inclusivas. Entretanto, os resultados indicam que essa dificuldade não deve ser interpretada como responsabilidade individual do professor, pois depende também das condições oferecidas pelas redes de ensino.

A formação continuada, nesse sentido, apresenta-se como uma importante possibilidade de enfrentamento. Processos formativos permanentes podem favorecer a reflexão sobre as práticas, o conhecimento de recursos acessíveis e a construção coletiva de estratégias. A formação torna-se mais significativa quando relacionada aos problemas





concretos vivenciados pelos profissionais, permitindo que conhecimentos teóricos sejam articulados às situações reais da sala de aula.

Outro resultado relevante é a necessidade de superar práticas pedagógicas baseadas na homogeneização. A utilização de uma única metodologia, de materiais uniformes e de instrumentos avaliativos padronizados pode criar barreiras para estudantes que apresentam diferentes formas de aprendizagem. A diversificação metodológica, por outro lado, possibilita oferecer diferentes caminhos para que os estudantes tenham acesso aos conteúdos e expressem aquilo que aprenderam.

A análise demonstra ainda que adaptar uma atividade não significa necessariamente reduzir sua qualidade ou seus objetivos. Recursos visuais, materiais concretos, tecnologias digitais, comunicação alternativa, ampliação de tempo, modificações na forma de apresentação dos conteúdos e diferentes instrumentos de avaliação podem favorecer a participação sem retirar do estudante a possibilidade de desenvolver conhecimentos complexos.

A acessibilidade constitui outro desafio expressivo. As barreiras arquitetônicas continuam relevantes, mas não são as únicas que precisam ser enfrentadas. Barreiras comunicacionais e pedagógicas podem impedir a participação mesmo quando a estrutura física da escola é adequada. Dessa maneira, a inclusão exige uma concepção ampla de acessibilidade, abrangendo espaços, materiais, comunicação, currículo e relações sociais.

Os resultados também indicam a importância das tecnologias assistivas. Quando adequadamente selecionadas e utilizadas, elas podem ampliar a autonomia, a comunicação e o acesso aos conteúdos escolares. Contudo, a tecnologia precisa estar integrada à proposta pedagógica. O recurso tecnológico não deve ser utilizado apenas por estar disponível, mas porque apresenta potencial para eliminar determinada barreira ou ampliar determinada possibilidade de participação.

Outro aspecto observado é a importância do trabalho colaborativo. A inclusão apresenta melhores possibilidades de efetivação quando existe articulação entre professor da sala regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, gestão, família e





demais profissionais envolvidos. O planejamento coletivo permite compartilhar conhecimentos e desenvolver estratégias mais adequadas às necessidades dos estudantes.

As barreiras atitudinais também aparecem como importante obstáculo. A existência de preconceitos, expectativas reduzidas e concepções capacitistas pode comprometer a participação dos estudantes mesmo quando existem recursos materiais disponíveis. Nesse sentido, a formação de uma cultura inclusiva precisa envolver toda a comunidade escolar, promovendo respeito às diferenças e reconhecimento das potencialidades individuais.

A avaliação da aprendizagem também precisa ser considerada nesse processo. Os resultados apontam que instrumentos avaliativos excessivamente padronizados podem não representar adequadamente aquilo que o estudante aprendeu. A adoção de procedimentos diversificados permite acompanhar o desenvolvimento e reconhecer diferentes formas de expressão. A avaliação inclusiva, portanto, deve ser compreendida como instrumento de acompanhamento e promoção da aprendizagem, e não apenas como mecanismo de classificação.

De modo geral, os resultados demonstram que os desafios da inclusão estão interligados. A ausência de formação pode dificultar o uso de metodologias diversificadas; a falta de recursos pode limitar a acessibilidade; barreiras atitudinais podem comprometer o uso dos recursos existentes; e a ausência de planejamento colaborativo pode dificultar a articulação entre diferentes profissionais. Por essa razão, soluções isoladas tendem a apresentar resultados limitados.

A discussão evidencia, portanto, que a inclusão escolar precisa ser compreendida como responsabilidade institucional. A atuação do professor é indispensável, mas não suficiente. É necessário que as políticas educacionais ofereçam condições para que as escolas disponham de profissionais, recursos, formação, acessibilidade e acompanhamento adequados.

Outro resultado importante refere-se à necessidade de preservar expectativas de aprendizagem para os estudantes com deficiência. Uma prática inclusiva não deve significar simplificação permanente ou redução das oportunidades educacionais. Ao contrário, deve criar diferentes caminhos para que os estudantes possam alcançar objetivos de aprendizagem





significativos. A equidade pressupõe oferecer os apoios necessários sem transformar a deficiência em justificativa para limitar as possibilidades de desenvolvimento.

Assim, os resultados e discussões permitem compreender que a efetivação da educação inclusiva depende de uma mudança de paradigma. O foco precisa deixar de estar exclusivamente nas limitações do estudante e passar a considerar as barreiras existentes no ambiente escolar. Essa mudança possibilita identificar intervenções capazes de ampliar a participação e fortalecer a autonomia.

4. CONCLUSÃO

A análise realizada permite concluir que a educação inclusiva representa um processo amplo de transformação da escola e não apenas uma política de ampliação de matrículas. A garantia do direito à educação dos estudantes com deficiência exige condições efetivas de acesso, permanência, participação e aprendizagem, o que demanda mudanças nas práticas pedagógicas, na organização institucional e na cultura escolar.

Os resultados demonstraram que os principais desafios estão relacionados à formação dos professores, à acessibilidade, à disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas, à organização curricular, às práticas avaliativas, ao Atendimento Educacional Especializado e às barreiras atitudinais. Esses elementos estão interligados e precisam ser enfrentados de maneira articulada.

A formação continuada dos profissionais constitui uma das estratégias fundamentais para fortalecer a inclusão, especialmente quando associada a condições adequadas de trabalho e apoio institucional. Da mesma forma, a diversificação metodológica pode ampliar as possibilidades de participação dos estudantes, permitindo diferentes formas de acesso ao conhecimento e de expressão da aprendizagem.

Conclui-se ainda que a inclusão não deve ser atribuída exclusivamente ao professor. A responsabilidade é compartilhada entre sistemas de ensino, gestores, profissionais da educação, famílias, serviços especializados e sociedade. A construção de uma escola inclusiva





depende da existência de políticas públicas efetivas e de sua tradução em condições concretas no cotidiano educacional.

Por fim, uma educação verdadeiramente inclusiva é aquela que reconhece a diversidade como característica constitutiva da comunidade escolar e busca eliminar as barreiras que impedem a participação dos estudantes. Mais do que permitir que o estudante com deficiência esteja na escola, é necessário garantir que ele participe, aprenda, desenvolva sua autonomia e seja reconhecido como sujeito de direitos e de potencialidades. Nesse sentido, a inclusão escolar deve permanecer como compromisso permanente com a equidade, a acessibilidade, a aprendizagem e a valorização da diversidade humana.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index for inclusion: developing learning and participation in schools*. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Fundamentos de defectología*. Madrid: Visor, 1997.

Recebido em: 29/07/2026

Aprovado em: 17/08/2026

Publicado em: 01/09/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 9 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

